

Ator-rede e sociologias do sul: possíveis convergências para uma sociologia não exemplar

Marcelo C. Rosa
Universidade de Brasília

Resumo

Na última década movimentos teóricos alternativos conhecidos como subalternos, pós-coloniais e de-coloniais passaram a ser identificados também com o rótulo de “teorias do sul” (R. Connel, J. & J. Comaroff, B. S, Santos). Variando bastante em termos do sentido atribuído ao termo *teoria*, essas sociologias parecem ter como marca central a rejeição dos parâmetros que permitem às ciências sociais classificar e hierarquizar seus objetos. Em certo sentido, há em comum nestes novos movimentos a constatação de que as teorias sociológicas predominantes assumem noções de tempo e de espaço que são essenciais para a ancoragem, hierarquização e diferenciação de objetos como modernidade, reflexividade, agência, entre outros. O resultado fundamental desse forma *mainstream* são ordenamentos em fases, níveis, sujeitos e objetos mormente pensados por meio de derivações e exemplaridades de um processo ideal típico purificado. São os usos, no mais das vezes depreciativos, desses ordenamentos que dão sentido político e epistemológico ao rótulo “do sul” e às suas reações críticas.

Neste texto defendo a posição de que essas novas teorias, ganhariam mais rendimento sociológico (e não apenas crítico) se estivessem associadas ao movimento da teoria do ator-rede – ANT. Em minha leitura, a ANT propõe, especialmente em seus textos mais recentes (Law, 2004 e Latour, 2005 e 2012), uma transformação no objeto e no método da sociologia que permitiriam a inclusão menos hierárquica e estruturada de novos *actantes* e coletivos cuja existência é obliterada nas narrativas canônicas. Valendo-me da linguagem desses autores, me parece que esse encontro permitiria um contraste profícuo entre as concepções estabilizadas de ciências sociais (que estão tanto no norte quanto no sul) e uma nova perspectiva que tem por dever metodológico o trabalho contínuo de construção de novos coletivos ou sociedades.

Se a “sociologia do sul” reclama dos limites da forma e do conteúdo da sociologia tradicional, a teoria do ator-rede fornece alternativas teórico metodológicas para expandi-los permitindo que novos *actantes* e coletivos ganhem existência digna.

A esta conexão entre a crítica da forma estabilizada da sociologia com objetos emergentes e não hierarquizados que dão margem a novos métodos descritivos chamo de sociologia não-exemplar.

Introdução

Os recentes trabalhos que utilizam no âmbito das ciências sociais o termo “teorias do sul” me parecem instigantes como tentativa de renovar o pensamento sociológico. Isso não significa, porém, que ao longo das páginas eu pretenda defender o “sul” geográfico como uma postura epistemológica, ou ainda que considere necessariamente as sociologias do sul como uma alternativa única capaz de alterar as estruturas de nossa disciplina¹. A proposta que pretendo seguir é de um exercício que aceite, ao menos hipoteticamente, a viabilidade dessas contribuições procurando oferecer-lhes alternativas de legitimação teórico-metodológicas em um contexto de disputa e cooperação com outros modelos.

As “teorias dos sul”, de meu ponto de vista, são sobretudo uma operação política dentro da teoria sociológica que visa criticar o modo colonial por meio do qual a disciplina se estabeleceu mundo afora e, principalmente sobre suas consequências quando adaptadas para fora da euro-américa². Por isso, creio ser possível incluir neste grupo também as chamadas teorias pós-coloniais ou decoloniais. E é nestes termos – operação política - que pretendo realizar o diálogo entre elas e as chamadas teorias do ator-rede (ant). Em minha leitura e na opinião de alguns de seu autores-chave (a saber: John Law, Annemarie Mol, Bruno Latour, Hellen Verran), esse movimento teórico nascido nos estudos sociais da ciência é uma resposta ao mesmo modo estabelecido de se fazer sociologia criticado pelas teorias do sul, a saber, uma forma hegemônica em que imperam as narrativas da modernidade/moderno. Nesse sentido, norte (ou a euro-américa) e sul são aqui rótulos que nos ajudam a compreender formas (pre)dominantes e (pre)dominadas de se pensar as ciências sociais em todas as partes do mundo e que podem, mesmo que em um contraste rápido, contribuir para mudanças interessantes no modo de pensar a teoria sociológica em uma escala global.

O diálogo entre estes movimentos não é algo completamente inédito. Yehia (2007), analisando o projeto modernidade/colonialidade/decolonialidade levantou algumas similaridades entre essas teorias e as do ator-rede, principalmente em relação às suas críticas agudas ao modo como as ciências sociais se ancoram numa versão estreita da modernidade. Para a autora, uma aproximação entre os dois grupos seria fundamental para uma reconstrução dos objetos das ciências sociais. Go (2013) analisando os escritos

¹ Em outro texto (Rosa, 2012), utilizei a expressão “projeto” para caracterizar o atual estado da arte desses estudos.

² Como veremos adiante a expressão euro-américa é adotada tanto por autores identificados como as teorias do ator-rede (Law, 2004), como pelos pós-coloniais como Comaroff e Comaroff (2011). Se por um lado, poderíamos rechaçar a expressão por ser ampla demais (afinal há muitas coisas diferentes dentro da euro-américa), por outro a expressão me parece feliz em seu uso estratégico de apontar características gerais das ciências sociais predominantes nesses locais.

que se identificam como pós-coloniais, por sua vez, também aproxima essas teorias tendo em vista o fato de elas oferecerem uma alternativa às análises da modernidade. Mais especificamente, para Go, ambas teorias partem de enfoques relacionais que permitem uma reconstrução mais simétrica e menos difusionista do colonialismo epistemológico na disciplina. Contribuições dos próprios autores ligados à teoria do ator rede também apontam para similaridades sociológicas e políticas entre sua proposta e a da literatura “do sul” (Verran, 2002; Law, 2011; Latour, 2012 e 2001)³.

Neste texto, pretendo trabalhar uma hipótese específica sobre a possível relação entre esses dois movimentos: considero que há nas teorias do sul/epistemologias do sul uma espécie de déficit sociológico no sentido de que estes textos apresentam críticas e evidências substantivas da dimensão colonial da modernidade (nas suas implicações institucionais e subjetivas), mas não oferecem aos seus leitores sociólogos um caminho muito claro para se tratar de objetos que não sejam mero resultado do conjunto capitalismo/modernidade/ciência/colonialidade. Ou seja, de gostaria de discutir o fato de que tais teorias sempre apontam para a existência de um Outro (que está fora das narrativas da ciência social euro-americana, dou “outro lado da linha”), porém só conseguem justificar a existência desse Outro quando ele é um produto do processo social e intelectual que criticam. A questão portanto, é como fazer emergir sociologicamente objetos que estejam fora dessas grandes narrativas? Como considerar que suas agências sejam importantes no mundo contemporâneo?

Como fazer pesquisa sociológica levando a sério e tornando integras linguagens e formas de narrar que estão fora dos modelos acadêmicos canônicos, como no caso de alguns autores do sul ou dos aborígenes australianos apresentados por R. Connell (2005)? Como incluir em nossas análises outras formas epistemológicas não científicas e não modernas, como sugerido por Boaventura Santos (2009)? Como lidar de forma justa com sociedades onde imperam a desordem e o caos, tal como defendem Comaroff e Comaroff (2011) quando nos apresentam a África contemporânea?⁴

A alternativa provisória que pretendo apresentar a seguir caminha no sentido de que respostas mais convincentes aos questionamentos acima dependem da incorporação de duas premissas centrais da teoria do ator rede: a) de que seria necessário reconstruir o social em cada pesquisa (ou seja de que o social não é uma força definida ou estabilizada) (Latour, 2005); b) de que é necessário incluir no escopo

³ Para uma problematização da relação entre os pressupostos de Bruno Latour e os das teorias pós-coloniais ver o trabalho de Watson (2011).

⁴ É importante notar que, pessoalmente, não tenho muita simpatia pelas formas escolhidas por Boaventura Santos ou por Comaroff e Comaroff para qualificar e descrever o “sul”. No entanto, penso ser necessário tomar seus argumentos a sério em um primeiro momento.

sociológico uma nova “política das ontologias” (Mol, 1999 e Law e Benschop, 1997). O ponto central é considerar, como sugere Law (2004), que a construção de um “social” renovado e ampliado depende do desenvolvimento de métodos adequados que façam com que certas características que estejam ao sul da teoria ganhem legitimidade. Sendo assim, não seriam os métodos uma ferramenta para ver o que já existe, para auxiliar na aplicação de uma teoria dada, mas uma maneira de construir o que ainda não tem forma, agência, ontologia etc. no âmbito de nossa disciplina.

Teorias do Sul – teorias ainda sem método

Nesta seção gostaria de apresentar de forma breve os argumentos de alguns autores que erguem a bandeira das sociologias, teorias ou epistemologias “do sul” como uma alternativa aos modelos sociológicos estabilizados. Embora de forma geral esteja atento aos textos que buscam usar o termo “sul” de forma específica, em certos momentos lançarei também mão de algumas contribuições dos chamados autores pós e decoloniais que não usam diretamente o termo, pois me parece que todos tendem a apontar para a necessidade de democratização e ampliação de nossos modelos teóricos. O fundamental, desde meu ponto de vista, é fato de que além de apontar para os efeitos do colonialismo/capitalismo todos esses autores e autoras em algum momento se referem a algo que se desenvolve em paralelo e não necessariamente como simples efeito desses processos.

O argumento central do influente livro de R. Connell (2005) se assenta sobre os limites da generalização da produção teórica (sociológica) de certas partes do Estados Unidos e da Europa para todo o mundo. Essa generalização caminhará *pari passu* com a expansão da própria vida social destas regiões para as demais partes do mundo. De forma direta, a autora associa a produção da teoria sociológica como uma versão acadêmica de imperialismo político e científico.

Se as práticas políticas imperialistas tenderam a dominar as sociedades do sul pelo seu rebaixamento moral, civilizacional e tecnológico ou simplesmente ignorando a existência de vida social qualificada nas colônias, a sociologia produzida na Europa e nos Estados Unidos (em geral) parece ter se valido das mesmas ferramentas. O conteúdo civilizador-imperialista da sociologia se revelaria de duas formas básicas: a) pela transformação dos modos de vida euro-americanos em padrões e medidas teóricas da boa vida social em todo mundo (negligenciando os efeitos do colonialismo e da escravidão para a construção dessa boa vida); b) pela completa e deliberada falta de diálogo das teorias sociológicas euro-

americanas com a produção do sul, seja na forma de sociologia ou de pensamento social mais amplo. Nas palavras de Arjomand (2013:34), o que se deu foi “o apagamento da experiência histórica de uma grande parte da humanidade dos fundamentos da teoria social”.

As questões para Connell são o falta de “reconhecimento” das formas ordinárias (grounded) de conhecimentos desenvolvidas no Sul e, principalmente, como conectar estas formas com o pensamento social hegemônico. Seus principais exemplos surgem dos chamados “conhecimentos indígenas” da África e dos aborígenes australianos em suas lutas por terra.

No livro de Connell a deliberada ignorância das teorias em relação aos processos sociais do sul é exemplificada por meio de uma severa crítica aos trabalhos de Bourdieu sobre a Argélia (que não incorpora qualquer debate com autores locais), de Giddens e seus exemplos imaginados nos quais a Europa sempre apresenta uma precedência temporal em relação ao resto do mundo, e o de Ulrich Beck sobre o risco. Do trabalho de Beck, a autora extrai o uso do termo “The Brazilianization of Europe”, expressão que serve para evocar um futuro de fragmentação social horrenda, de violência e de egoísmo que deve ser evitada pela avançada Europa (Connell, 2007:65).

O incômodo de Connell reage à desconsideração (tanto por parte dos autores acima citado como também dos clássicos das ciências sociais) da capacidade de agência de pessoas ordinárias e de especialistas ou peritos [cientistas sociais] (para usar o termo de Giddens) radicados fora da euro-américa.

O resultado desses processos descritos por Connell, de meu ponto de vista, se revela na extrema dificuldade das análises sociológicas clássicas e contemporâneas de incorporar agentes, sujeitos e processos que não encontrem equivalente nas narrativas sociológicas sobre a vida social euro-americana e que também não podem ser descritos apenas como um efeito perverso dos grandes processos de colonização.

Essa crítica à incapacidade classificatória e analítica euro-americana aparece com força também no trabalho recente dos antropólogos sul-africanos Jean e John Comaroff que começam seu ensaio (parte de uma coletânea de artigos próprios intitulados “Theories from the South”) abraçando a tese de que, por décadas, as sociedades do sul foram tratadas como apenas exóticas, paroquiais e palco de tradições antiquadas (2011:1). Para os autores, que definem o atual momento histórico do norte como de crise,

processos que antes grassavam apenas pela África e pela América Latina atingem neste momento o centro da vida social na Europa.

Como afirma Jean Comaroff em uma recente entrevista sobre o livro para uma revista brasileira:

“[E,] dado o estado das cidades por toda parte, essas comunidades (e percebo que não são todas iguais; que variam em condições de vida e possibilidade) repentinamente parecem muito *avant garde*. Elas, assim como a corrupção, não podem mais ser vistas meramente como desvios de um plano mais racional, como aberrações temporárias ou escândalos do terceiro mundo” (Comaroff, 2011b).

Diferentemente de R. Connell (2005) no entanto, os Comaroffs se voltam para o sul não porque haja nestes locais do mundo pensamento social, métodos e teorias que possam ser equivalentes àquelas feitas nos países centrais. De acordo com os últimos, pelos efeitos do colonialismo e do neoliberalismo, lugares como a África do Sul ou o Brasil desde muito cedo lidaram com processos de degradação das relações sociais. Em seu livro se encontram passagens afirmando que os governos da África estão baseados em uma “patronagem cleptocrática e que a falta de estados liberais democráticos responde pela incapacidade de controlar aqui as forças de mercado” (Comaroff e Comaroff, 2011:16). Ou, ainda, de que se tratam de ambientes nos quais a “força da lei, dos contratos de trabalho e da ética da sociedade civil, são, no melhor dos casos, desiguais” (Comaroff e Comaroff, 2011:19).

A brasilianização da europa, tão temida por U. Beck, aparece aos olhos dos Comaroffs (2011) como uma situação inevitável. Assim, seria preciso aprender com a prática desses países as melhores formas de lidar com um futuro nefasto. A aposta dos autores é subverter o que chamam de estruturas epistemológicas desta hierarquia (norte e sul), partindo da hipótese de que neste momento histórico, o sul global é quem deve fornecer os *insights* para se compreender o resto do mundo.

Tais *insights* aparecem em termos como *invenções*, *acomodações* e *híbridos* usados em profusão no texto (Comaroff e Comaroff, 2011:6). No sul, sob diferentes contextos coloniais, teriam sido criadas formas de vida doméstica e urbana, de “proletarização camponesa”, de “cosmopolitismos deslocados forjados em espaços que estão entre o prometido e a privação, entre a exclusão e a obliteração” que serviriam para estabelecer suas próprias contemporaneidades e modernidades (Comaroff e Comaroff, 2011:7).

Mesmo descrevendo os processos sociais do sul pela sua criatividade em lidar com situações de escassez e desordem, os autores declaram que não desejam apenas reverter o processo, que ao cabo manteria a mesma topografia das análises críticas tradicionais. Para eles, no atual contexto, emergem novas geografias de centro e periferia e formas alternativas de produção e criação de valor. Para os autores, a modernidade do sul não é apenas uma derivação ou uma cópia falsificada, eu adicionaria incompleta, daquela vivida na Europa. Ela precisa ser entendida pelo seu relacionamento com o norte, mas também com o sul, com suas próprias experiências e dilemas. Dilemas e suas soluções que hoje trariam vantagens competitivas ao sul, em um quadro de crise na euro-américa.

O quadro descrito pelos Comaroff remete a uma relação onde são possíveis tanto (i) modernidades múltiplas com temporalidades paralelas (do norte e do sul), como (ii) uma modernidade *sui generis* que envolve o *sul* e o norte: a modernidade neoliberal.

A coexistência discursiva dessas modernidades se torna possível pelo uso do termo “coevalness” cunhado por Johannes Fabian (1983) para falar dos dilemas coloniais da antropologia. Por meio deste termo que poderia ser traduzido ao português como coetaneidade, se garantiria a existência tanto da modernidade na sua forma clássica (secularização, racionalização, individualização), como de outros modos de vida que não encontram paralelos na euro-américa.

Esse é o mesmo termo e a mesma conclusão a qual chegam Boaventura Santos e Maria P. Meneses em seu “Epistemologias do Sul”, livro que além da contribuição dos organizadores conta com capítulos de autores radicados na Ásia, África, América-Latina e em Portugal.

Apesar de reunir diversas contribuições, apenas o texto de B. Santos utiliza o termo sul metaforicamente para se referir a “um campo de desafios epistemológicos que tenta **reparar os danos e impactos** historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo” (Santos e Meneses, 2009:12) (grifos meus). E “as epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão < dos saberes dos povos e nações colonizadas >, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos” (Santos e Meneses, 2009:13).

Já as sociedades do sul, que também não correspondem a uma orientação cartográfica seriam: “sociedades periféricas do sistema mundial moderno, onde a crença na ciência moderna é mais tênue,

onde é mais visível a vinculação da ciência moderna aos desígnios da dominação colonial e imperial, e onde outros conhecimentos não científicos e não-ocidentais prevalecem nas práticas cotidianas da populações (Santos, 2009:47)

Para B. Santos, portanto, o sul se refere a formas de saberes (modos existência) que foram ignoradas e subalternizadas pela prevalência da linguagem científica da modernização. Fora da euro-américa tais formas teriam uma existência mais provável do que nas nações colonizadoras, pois, por razões não muito claras, ainda existiriam em certos rincões da vida social formas legítimas de conhecimento que não seriam tributárias do modelo esterilizador dominante. Modelo que vislumbra como impossível a existência de modos coetâneos de conhecimento e vê a modernidade e o pensamento científico como única forma de existência.

Assim como para os Comaroffs, na impossibilidade de simplesmente excluir a colonização e as consequências da modernidade de suas vidas cotidianas, para os autores, os povos do sul teriam se adaptado e criado modernidades alternativas. Outra das saídas peculiares aos povos do Sul, apontadas pelos autores, seria a instituição de um “cosmopolitismo subalterno”, “significando tolerância, patriotismo, cidadania global, comunidade global de seres humanos, culturas globais etc.” (Santos, 2009:41)⁵. A base deste cosmopolitismo seriam as diferentes temporalidades na quais “as experiências subalternas do sul global têm sido forçadas a responder tanto à curta duração das necessidades imediatas de sobrevivência como à longa duração do capitalismo e do colonialismo” (Santos:2009:50).

Para os fins deste artigo é importante notar que sua proposta reside no que chama de “ecologia dos saberes”, ou seja, na criação de uma condição analítica na qual conhecimentos modernos e tradicionais possam conviver de forma democrática.

É sobre a incorporação de formas de existência que caminharam em paralelo com a modernidade nos países colonizados que Walter Mignolo assenta sua proposta de compreensão dos processos sociais do sul. Para o autor, um dos efeitos mais importantes do colonialismo foi a simplificação das relações entre tempo e espaço e a imposição de um modo objetivo (a história) como centro unificador de ambos. Esse modelo tem vários reflexos sobre as formas de conhecimento que desenvolvemos nas ciências sociais,

⁵ Para debates recentes entre autores do norte e do sul sociológico sobre a noção de cosmopolitismo e seus dilemas consultar as últimas edições da Newsletter da International Sociological Association (ISA) “Global Dialogue”, <http://www.isa-sociology.org/global-dialogue/>

principalmente, em relação aos conteúdos disciplinares da sociologia que se contentou em olhar sempre a partir de dentro da modernidade.

Longe de buscar tipos puros da modernidade, Mignolo (2000) prefere sujeitos cujas vidas estejam na fronteira (border) entre as tradições da modernidade e outras tradições, especialmente as indígenas de cada continente. Para este autor, e para os demais componentes do grupo modernidade/decolonialidade, a própria modernidade precisaria ser vista não apenas pelos olhos dos conquistadores, mas também dos conquistados. Este seria o caso, por exemplo, das inovações democráticas do zapatismo no México que misturam de modo singular a ideia moderna de democracia com elementos da vida coletiva Maia para organizar sua noção de território.

O argumento de Mignolo, brevemente esboçado, serve como uma espécie de resumo dos dilemas postos pelo que chamo de sociologias do sul. Praticamente todos os autores aqui trabalhados clamam por uma ampliação dos horizontes das ciências sociais que incorpore coisas, processos e pessoas e pontos de vista que não cabem na atual escala de valores que utilizamos. Na versão do próprio Mignolo e na de Boaventura Santos esse movimento de expansão não cabe em nossas fronteiras disciplinares e tem a função própria de rompê-las⁶.

Mas como dizer isso a uma estudante que faz sua pós-graduação em uma disciplina específica (sociologia, por exemplo) e que se envolve com a retórica desses autores? Não parece que seja necessário e nem prudente fazê-la desistir do mestrado ou do doutorado em nome uma política intelectual mais ampla – quando os próprios defensores da causa não o fizeram.

É preciso notar que em todos os autores citados aqui as experiências do “sul” (seja no âmbito das ciências sociais ou da vida ordinária) são, no mais das vezes, caricaturas não investigadas profundamente de modo a dar conta de suas especificidades, adquirindo assim certo grau perigoso de generalidade. No

⁶ Mignolo ao comentar uma pergunta que lhe foi feita em um colóquio na Espanha afirma que pare seu interlocutor “o pensamento descolonial não pode ser levado a sério; que os argumentos descoloniais não eram argumentos baseados nas ciências sociais (e não estou fazendo graça aqui). Um outro sociólogo da platéia perguntou, com a certeza que ser um sociólogo lhe dava, “Você podia definir pensamento descolonial? Você nos deu uma história, usou-o metaforicamente, mas você nunca nos deu uma definição”. Eles estavam pedindo *obediência epistêmica*. Não lhes ofereci, claro, uma definição porque isso teria significado jogar de acordo com as regras que ele estava me pedindo para jogar que era “identidade disciplinar” (Mignolo, 2008: 300)

Em outras palavras, eu estava oferecendo aos marxistas e sociólogos interlocutores a possibilidade de **considerar a opção descolonial**; e eles recusaram, é claro, me convidando para jogar de acordo com as normas disciplinares das ciências sociais e as convicções marxistas. (Mignolo, 2008:301).

fundo, mesmo aqueles que reconhecem que há no mundo coisas, causas e efeitos que não têm lugar na limitada narrativa da sociologia, enfrentam grandes dificuldades em trazê-los para o centro do debate disciplinar.

É claro que a retórica tem um papel fundamental nas teorias da ciências sociais e em suas formas de conhecimento. No entanto, especialmente para temas emergentes, considero que seja preciso mais do que simplesmente afirmar sua pertinência – sua existência inexistente. Precisamos buscar condições metodológicas claras para demonstrar que essas outras formas *existem* e que *produzem efeitos* no mundo contemporâneo. Usando os termos de Connell e dos Comaroffs, é preciso criar condições para uma teoria que esteja “grounded” não apenas na Europa, como também no sul.

ANT e a sociologia do sul

John Law, um dos precursores da ANT, em artigo conjunto com Wen-yuan Lin (2011), assume o desafio de relacionar as ciências sociais “dominantes e subordinadas” desde um ponto de vista pós-colonial. Em seu livro “After Method” (2004), toda a proposta de inovação metodológica se apresenta contra certos pressupostos “euro-americanos”. Nesses trabalhos, há a constatação de que a hegemonia das tradições ocidentais de conhecimento se mantém por meio de três pilares: uma metafísica (que distingue o mundo, do conhecimento deste próprio mundo), de instituições (formas de circulação do conhecimento, como o sistema acadêmico) e subjetividades (que reproduzem e incorporam a metafísica representacional e as estruturas institucionais). Essas três dimensões seriam os sustentáculos de outra característica formal da modernidade ocidental: sua obsessão por um modo singular de organizar o mundo (Law, 1994). Tal modo de organização teria como base um método de ordenamento que busca a homogeneidade, e que ao se deparar com a heterogeneidade tende a escondê-la ou desqualifica-la como distração, falha técnica ou desvio (Law, 1994:7). Especificamente para Law (2004: 63), não seria desejável apenas admitir a posição relativista que trataria da relação entre diferentes realidades (*in-hereness* e *out-thereness*): “the essential irreducibility of worlds, of knowledges, of ethical sensibilities, or of political preferences, to one another”.

Para Law, essa questão ética e política é também sociológica, pois sendo um modo de conhecimento consolidado na modernidade, o nosso não fugiria à regra: nós (sociólogos) também teríamos nossos sonhos de pureza ou de relativismo. Já que a sociologia é um desses modos de ordenamento e tende a construir seus próprios monoteísmos hegemônicos, a saída proposta por ele é denominada de *modéstia sociológica*. A lição básica desta atitude modesta seria não fingir que nossos ordenamentos são

completos, nem esconder o trabalho, a dor e a cegueira contidas nele (Law: 1994:9). O fundamental seria manter sempre a ideia de conexões parciais, de que não há uma “definitividade” nelas.

Essa crítica sobre a imposição sociológica de um modo de ordenamento que parece não ter limites ou limitações (cujo enquadramento e alcance se sustenta nas poucas categorias reconhecidas como modernas) também aparece em Latour (2001 e 2012), que associa diretamente sua crítica à modernidade à experiência de pesquisa na África:

In the Abidjan of 1973-75, I discovered all at once the most predatory forms of capitalism, the “methods of ethnography, and the puzzles of anthropology. And one puzzling question in particular that has never left me: why do we use the ideas of modernity, the modernizing frontier, the contrast between modern and premodern, before we even apply to those who call themselves civilizers the same methods of investigation that we apply to the “others” – those whom we claim, if not to civilize entirely, then at least to modernize a little? (...)

I saw clearly that these adjectives of combat and conquest did not result from any independent description; they were slogans, battle cries. If people hastened to invoke cultural dimensions, cognitive limits, “black souls,” and “African mentalities,” it was because their definitions for the work of thought were not sufficiently material and concrete. There was a flagrant asymmetry here: the Whites anthropologized the Blacks, yes, quite well, but they avoided anthropologizing themselves. Or else they did so in a falsely distant, “exotic” fashion, by focusing on the most archaic aspects of their own society – communal festivals, belief in astrology, first communion meals – and not on what I was seeing with my own eyes (eyes educated, it is true, by a collective reading of *L’Anti-Oedipe*): industrial technologies, economization, “development,” scientific reasoning, and so on: in other words, everything that makes up the structural heart of the expanding empires. (Latour, 2013: 3-4)

A passagem de Latour torna, como havia me referido no começo deste ensaio, clara a noção de que a ANT é também uma resposta política ao modelo colonizador dominante sobre o qual se assentou a ciência *social euro-americana* (expressão usada 111 vezes em Law, 2005) quando em contato com seus Outros.

As respostas propostas tanto por Latour quanto por Law e Lin caminham em um mesmo sentido: a única forma de contestar os efeitos da forma tradicional da teoria social seria por meio da criação de um novo método que daria vida a uma nova forma de lidar com o social não estabilizado.

If this is difficult then this is because it questions the self-evidence of Euro-American metaphysics; because it undermines the necessity of the methods that we happen to have available to us; because it presents us with possibilities (a reality *enacted?*) that are dangerous and potentially destabilising at least in principle not only to the metaphysics in which our methods are embedded, but also to the particular realities which they produce” (Law, 2004: 38).

Como vimos, há nas obras de Connell, Comaroffs e de B. Santos (e em parte significativas dos autores pós e decoloniais) um clamor pela inclusão na agenda da sociologia de formas, processos e relações (seres) para os quais nunca foi nutrido um olhar interessado. No entanto, é preciso ter cuidado para não simplesmente incluir ou sucumbir tais seres no modo de organização da modernidade. Se apenas encaixarmos a vida social fora da euro-américa (ou mesmo sua periferia) no escaninho dos “modos de vida não modernos” teremos ido a lugar nenhum, mantendo o cômodo dualismo que preserva intacta a narrativa sociológica produzida no norte.

Meu argumento sobre a proximidade entre os dois movimentos teóricos reside no fato de que alguns desafios sociológicos levantados por esses autores da teoria do ator-rede, como a heterogeneidade de *actantes* (humanos e não humanos entendidos como efeitos), a *desordem* e formas narrativas que não distinguem ficção e realidade, são exatamente os mesmos citados pelas sociologias do sul para caracterizar processos e formas de pensamento social fora da euro-américa (Law, 2004 e Mol, 1999)⁷. Nesse sentido, como afirmei acima, seria necessário trabalhar métodos que façam com que essas características apareçam em nossos textos não como defeitos, mas como parte de uma narrativa na qual sejam efeitos, claros/não obliterados/não purificados/não reduzidos à sua “diferença” em relação ao moderno. Como veremos a seguir, fazer existir dignamente certos aspectos centrais da vida do sul exige repensar tanto a noção de social como a de agência.

Redefinindo o social e suas ontologias

Buscando explicitar os marcos do projeto intelectual congregado em torno da noção de “Teoria do Ator-Rede”, Bruno Latour (2005) propôs uma síntese metodológica de seus principais pressupostos. O livro, de certa forma, tenta responder a uma parcela significativa dos cientistas sociais que criticaram as noções de simetria e de agência (de não humanos) presentes nos trabalhos do grupo ao longo das décadas de 80 e 90, como o fez Vanderberge (2001), dentre outros.

Para contestar seus críticos, Latour (2005:1) aponta como desafio central do projeto ANT a busca por uma redefinição das noções de “social” e de “sociedade”. Em suas palavras “é possível permanecer fiel

⁷ “However to propose a blanket prohibition of imaginaries in the method assemblages of truth-making (for instance by exiling such imaginaries to the peripheral realm of aesthetics) is not a good. It is a politics of Othering which presupposes and enforces the dictum that singularity is destiny, that disenchantment is in the nature of things, and that multiplicity is a mistake” Law, 2004: 149)

às intuições originais das ciências sociais redefinindo sociologia não como “a ciência social” mas como um *traçar de associações*” (2005:5). Nesse sentido o social deixa de ser uma substância homogênea – ao estilo de Durkheim, por exemplo – ou algo que paira sobre nossas cabeças, e passa a ser considerado um movimento constante de associação entre elementos heterogêneos (humanos e não humanos). Ele já não pode ser um porto seguro, um ente conhecido e domesticado que serve para explicar certos fenômenos, o social deve ser reconstruído em cada uma de nossas pesquisas teóricas e empíricas. Nesse sentido o social é resultado da pesquisa e não sua fonte ou sua explicação.

Tal redefinição aponta claramente para um problema que é central na crítica que se identifica como “do sul”: a imposição por parte da teoria sociológica do norte (mesmo quando praticada no sul) de uma noção estabilizada de social que sirva para toda e qualquer parte do globo. Essa definição de social já conteria em sua bula quais os seres ou entes que, por exemplo, teriam agência e também quais agências seriam mais importantes de um ponto de vista sociológico. Jogando com o título proposto para este encontro, o limite da teoria social seria também o limite do que ela considera ou não como digno de ser investigado.

Esse limite poderia ser superado, para Latour (2005:165), ao se “manter o social plano” durante nossas descrições, dando o mesmo espaço e coerência para todos os objetos [entendidos como efeitos] tornados tangíveis por nossos métodos. Obviamente para o autor, o mundo social concreto não é plano, ele é permeado de hierarquias e relações de poder, de seres grandes e pequenos como diria Boltanski (1991) que devem aparecer como resultado de pesquisas e não como seu pressuposto. O problema da sociologia reside, entretanto, no fato de que temos aceitado quase sem questionamento iniciar nosso trabalho baseados em uma base topográfica e cartográfica dada e estabilizada. Quando fazemos isso, transferimos para nossos objetos – por uma espécie de contrabando ou sequestro intelectual – toda a centralidade de elementos elaborados nas teorias dominantes, sem nos questionarmos se eles são ou não pertinente ao contexto descrito.

A proposta dos autores ligados à ANT caminha no sentido também de redefinir a noção de agência, e consequentemente como veremos adiante de ontologia. Na teoria do ator-rede a capacidade de agência é sempre um dado a *posteriori*, nenhum *actante*⁸ deve ser privilegiado em detrimento de outros pois

⁸ O termo actante, tão familiar aos leitores de Bruno Latour, foi cunhado pelo lingüista Algirdas Julien Greimas. *Grosso modo* é plausível afirmar que seu modelo “actancial” inspira-se nas teorias de Vladimir Propp acerca das estruturas narrativas. Embora a abordagem estruturalista lhes seja, desde um olhar panorâmico, comum, Greimas sustentou que o actante ocupa papéis actanciais a depender da trajetória da narrativa. Portanto um actante não é o mesmo que um personagem e,

justamente o que interessa é que se possa traçar seus efeitos sobre os demais, ou seja, que se possa associá-lo. Em relação ao sentido mais clássico do termo, a capacidade de agência não seria dada pela definição conceitual da sociologia que determinaria quais são os seres com “capacidades”, mas pelo efeito concreto no mundo (*grounded effect*). Poderíamos aproximar tal proposta de Latour às reivindicações de Connell e dos Comaroffs sobre a necessidade de uma *grounded theory*. No esquema do autor francês, é preciso ter em consideração que se no começo das pesquisas/descrições todos os objetos poderiam ter agência, ao final teríamos a obrigação de distinguir entre aqueles que são *mediadores* (aqueles que “transformam, traduzem, distorcem e modificam os sentidos dos elementos que eles supostamente carregam”, Latour, 2005:39) dos que são *intermediários* (“que apenas transportam sentidos ou força sem transformação”, Latour, 2005:39). Deste ponto de vista nem tudo que é *mediador* na teoria clássica teria de fato efeito em certas situações e lugares.

Mas como falar desses efeitos de modo que eles possam assegurar em nossas descrições uma legítima agência? Essa é a preocupação do livro de Latour (2005), mas principalmente de Law (2004). Para Law, o método “não é um conjunto mais ou menos feliz de procedimentos para apresentar uma realidade dada. Ao contrário, ele é performativo. Ela ajuda a produzir realidade (...) Método, inevitavelmente produz não somente verdade e não verdade, realidades e não realidades, presença e ausências, mas também arranjos com implicações políticas (Law, 2004: 143).

Notemos que Law não estuda grupos indígenas, conhecimentos não científicos ou modernidades alternativas (objetos que aparecem nas bulas sobre a sociologia do sul) e que sua única incursão a objetos fora do norte é o artigo recentemente publicado com Lin sobre um encontro em Taiwan. No entanto, ele está preocupado com o modo pela qual as narrativas mestras Euro-Americanas não apenas excluíram “entes” do sul, mas uma série de outros que também povoa a vida do norte produzindo efeitos e mudando o sentido de narrativas estabilizadas⁹.

A principal crítica desenvolvida por Law e seu grupo de colaboradores se direciona para o dilema das narrativas sociológicas em lidar com um mundo social heterogêneo e permeado de híbridos sem um lugar muito claro no panteão de nossos objetos prediletos (Latour, 1993). Considerando a definição de método

conseqüentemente, não pode ser caracterizada de forma isolada, independentemente da trama. A formulação de Greimas foi apropriada por diversos intelectuais posteriormente descritos como dedicados a pensar a “crise do sujeito”, como Julia Kristeva. Na obra de Latour este incômodo com a hegemonia do sujeito como único ator plausível se dissipa com a aposta no conceito de actante, passível de ser definido somente no processo de recomposição do social.

⁹ Esse é o mesmo argumento desenvolvido por Connell (2007) e Mignolo (2011), sobre os intrínseca relação entre a emergência da modernidade e a violência colonial.

como *enactment* ou seja como uma forma de fazer os entes agirem, nas ciências sociais (e qualquer outra ciência) deveríamos criar um método que ao mapear os efeitos não catalogados dessa existência a seres que ainda não têm forma¹⁰. Ao invés de uma sociologia como inventário do legado das narrativas consagradas (a busca exemplar da modernidade e suas alternativas em todos os lugares, por exemplo), Law propõe uma ideia de sociologia como produtora/criadora de novos *actantes* para povoar esse mundo que pode ser moderno, mas não é apenas moderno (como ressaltam Connell, Comaroff and Comaroff e B. Santos).

É por meio desse dilema que se expressa a proposta feita tanto por Law (2004) como por Mol (1999) de “política ontológica” (ontological politics) no seio das ciências sociais. Segundo a autora: “ontological politics is a composite term. It talks of ontology – which in standard philosophical parlance defines what belongs to the real, the conditions of possibility we live with. If the term ontology is combined with that of politics then this suggests that the conditions of possibility are not given. That reality does not precede mundane practices. So the term politics works to underline the active mode, this process of shaping, and the fact that its character is both open and contested (Mol, 1999: 75).

Ao propor a união entre ontologia e política, Mol (1999) sublinha o fato de que a produção dos novos seres/actantes proposta por Law não pode estar limitada pelos atuais termos nos quais debatemos. Se há ontologias que conhecemos, elas não podem e não devem ser vistas como as únicas possíveis e nem tratadas de forma incontestável. Ser um ente, não significa ser *mediador* em todas as situações. Com essa definição retornamos ao ponto sugerido por Latour (acima) de que o trabalho sociológico deve ser um longo e constante processo de produção do social (de agregação de “coisas” heterogêneas e complexas). Nessa chave, a tarefa sociológica é produzir em nossos textos os efeitos que estes entes não catalogados deixam no mundo que estudamos.

“In an ontological politics we might hope, instead, to interfere, to make some realities realer, others less so. The good of making a difference will live alongside – and sometimes displace – that of enacting truth”. (Law, 2004: 67).

Conclusão

¹⁰ Nesse novo sentido de sociologia devemos evitar a todo custo o modelo de narrativas exemplares (modernização, colonização, secularização, por exemplo), pois elas tendem a tratar todos e qualquer “ente” desconhecido a partir de sua relação com elas. Ou seja, nelas os “entes” das pesquisas são usados para reforçar a narrativa mestra ou quando muito para adaptá-la.

Ao longo do texto procurei unir duas tradições sociológicas que se aproximam tanto pela crítica ao que denominam de modo *euro-americano* de se fazer sociologia, como pela valorização de certo tipo de narrativa ancorada nas noções de heterogeneidade e instabilidade. Em ambas há uma pretensão de interferir na agenda política da disciplina.

O “sul”, como vimos, na atual definição de social utilizada pelas grandes narrativas teóricas tende a aparecer como uma forma exótica, excêntrica ou ainda pior defeituosa. Seguindo o breve argumento que apresentei nas páginas acima, os autores que clamam por “um sul” (epistemológico, sociológico ou teórico), visam sobretudo ampliar os limites da atual teoria social, alargando e democratizando seu escopo de agentes qualificados. Essas reivindicações sempre aparecem acompanhadas de exemplos de formas de existência, ação e reflexão que estão fora da *euro-américa*, por duas razões básicas: não são coerentes/singulares ou se configuram apenas como um Outro que não nos diz respeito (relativismo). Se é bastante evidente que indígenas, aborígenes e pensadores sociais que não utilizam formas canônicas (exemplos usados pelo autores) não são tratados de forma democrática/simétrica/igualitária, os próprios autores em questão também não parecem ter encontrado uma forma para conseguir incluí-los, sem exotizá-los, terminando por mantê-los ainda como clássicos Outros em suas próprias narrativas. Como tratar de heterogeneidade sem dualidade? Como tratar de dimensões não modernas sem considerá-las como tradição e atraso? Se é evidente que esses seres quase sempre estão em contato com a modernidade/colonialidade/ciência/capitalismo, porque esse deve ser o único lado ou efeito a ser considerado mesmo entre os autores mais críticos?

A proposta brevemente esboçada neste texto é que levemos a sério as críticas desses autores, adicionando a elas a definição de social e de agência oferecida pela teoria do ator-rede. Se é verdade que esses autores têm vindo a público para defender uma noção de agência que não está relacionada aos “humanos” e tampouco à “razão”, parece evidente que na própria teoria sociológica criticada pelas teorias do sul existem ainda sujeitos humanos sem agência. Esse dilema não pode ser resolvido simplesmente universalizando a condição de agência em seus modelos atuais (racional, modernos e ocidentais) ao modo das modernidades alternativas, pois estaria mantida a posição hegemônica do centro (norte).

Ao tomarmos a sério a proposta pragmática de que um *actante* somente é reconhecido após agir no mundo (de forma material, simbólica, objetiva ou subjetiva) e de que sua ação é o efeito (e não o sentido

atribuído pelo sujeito) estaríamos nos desobrigando da escolha antecipada e limitada (pelo modelo teórico colonizador) de certos objetos. Mais do que simplesmente nomear outras formas de existência, seria preciso descrever seus efeitos concretos no mundo com acuidade.

Esse modo de proceder abriria a possibilidade de “reagregar o social” e reconhecer seu limites e precariedade, e principalmente de reconhecer que este social, do qual tanto falamos e abusamos, é intrinsecamente dependente de nossas próprias opções teórico-metodológicas (Chakrabarty, 2000). Essa postura contribuiria para uma “política das ontologias” na qual a condição de ingresso é a própria produção por parte do cientistas sociais de entes legítimos de existir em nossos cenários teóricos nos quais o critério é o convencimento por meio da boa descrição.

Agregando os dilemas “do sul” com a propostas metodológicas da ANT e tomando-os como políticas de conhecimento em nossa área, abrimos um plataforma para uma redefinição teórica do fazer sociológico que se distancia das narrativas derivadas de formas exemplares depuradas por uma noção estreita de modernidade.

Referências Bibliográficas:

Arjomand, S. A. 2013. Multiple Modernities and the Promise of Comparative Sociology. *In Arjomand, S. A. e Reis, E. Words of difference. New Delhi, Sage. 2013, pp. 15-39.*

Boltanski, L. 1991. De la justification. Paris, Galimard.

Chakrabarty D (2000) *Provincializing Europe: post-colonial tough and historical difference*. Princeton: Princeton University Press.

Comaroff J e Comaroff J (2011), *Theory from the South. Or how Euro-America is evolving toward Africa*. London, Paradigm Publishers.

Comaroff J (2011a) The End of Neoliberalism? What Is Left of the Left. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*. 637 (1):141-147.

COMAROFF, Jean. 2011. Teorias do sul. *Mana* [online]. 2011, vol.17, n.2, pp. 467-480.

Connell, R. 2007. Southern Theory: the global dynamics of knowledge in social sciences. Cambridge, Polity.

Fabian, Johannes. 1983. Time and the other: how anthropology makes its objects. New Yourk, Columbia Univerity Press.

Go J (2013) For a postcolonial sociology. *Theory and Society* 42(1), 25-55.

Latour, Bruno. 2013. *Biography of an Investigation: On a Book about Modes of Existence Social Studies of Science April 2013 vol. 43 no. 2 287-301*

Latour, Bruno. 2005. *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. Oxford, Oxford University Press.

Latour, Bruno, 2001. « Réponse aux objections... », *Revue du MAUSS*, 2001/1 no 17, p. 137-152.

Latour, B. 1993. *Jamais fomos modernos*. São Paulo, Ed. 34.

Law, John and Lin, Wen-yuan. 2010. Cultivating disconcertment. *The Sociological Review*, 58, pp. 135 - 153.

Law, John. 2004. *After method: mess in social Science research*. New York, Routledge.

Law, John. 1994. *Organizing Modernity*. Oxford, Blackwell.

Law, John, and Ruth Benschop (1997), 'Resisting Pictures: Representation, Distribution and Ontological Politics', in Kevin Hetherington and Rolland Munro (eds), *Ideas of Difference: Social Spaces and the Labour of Division*, Sociological Review Monograph, Oxford: Blackwell. pages 158-182

Mignolo W (2011), *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options (Latin America Otherwise)*. Duke University Press Books.

Mignolo W (2009) Epistemic Disobedience, Independent Thought and Decolonial Freedom. *Theory, Culture & Society*, 26 (7-8): 159-181.

Mignolo W (2008) desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324.

Mignolo W (2000) *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press.

Mol, Annemarie. 1999. Ontological politics: a word and some questions. In Law, J. And Hassard, J.. 1999. *Actor network theory and after*. Oxford, Blackwell.

Santos B and Meneses MP (2009) *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Almedina/CES.

Vandenberghe, F. *Complexités du posthumanisme: trois essais dialectiques sur la sociologie de Bruno Latour*. Paris: L'Harmattan, 2006.

Vanderberghe, F. 2001. Reconfiguration et rédemption des acteurs en réseaux : critique humaniste de la sociologie actantielle de Bruno Latour. *Revue du MAUSS*, v. 17, p. 117-136.

Verran, Hellen. 2002. **A Postcolonial Moment in Science Studies: Alternative Firing Regimes of Environmental Scientists and Aboriginal Landowners**. *Social Studies of Science* 32: 729-762.

Watson, Matthew C. 2011. Cosmopolitics and the Subaltern: Problematizing Latour's Idea of the Commons. *Theory Culture Society* 28 (3): 55-79

YEHIA, Elena. Descolonización del conocimiento y la práctica: un encuentro dialógico entre el programa de investigación sobre modernidad /colonialidad / decolonialidad latinoamericanas y la teoría actor-red. *Tabula Rasa* [online]. 2007, n.6, pp. 85-114.